

O ensaísmo histórico de Basílio Teles: um contributo para a interpretação de 1383 Pedro Miguel Páscoa Santos Martins

“1580 liquida admiravelmente 1383; o mercantilismo onnipotente, invadindo tudo e todos, submettendo ao seu jugo inflexível todas as classes sociaes sem excepção, mostra agora na rapidez e profundeza da queda a sua anomalia inicial. Conquistou o mundo é certo; mas consumiu e devorou um povo.”

Basílio Teles, *O Problema Agrícola*, Porto, Livraria Chardron, 1899.

“E não é, com effeito, outra cousa – um caso de megalomania collectiva, com periodos alternados de exacerbação e de remissão, e com poucos e curtos intervallos de lucidez – a historia d’esta pobre gente portuguesa, desde o meiado do seculo XV, ou pelo menos desde o descobrimento da India. (...)”

1580-1640 é o primeiro grande colapso do delirio, cujos primeiros signaes se revelam na anarchia, aparentemente só politica, do meio do seculo XV, mas cuja origem primordial vinha de muito mais longe; vinha da revolta prematura d’uma classe, sem tradições sufficientes de governo, á qual fallecia, na ausencia d’uma velha nobreza expropriada, o ponderador saudavel de vasta e densa população abaixo d’ella.”

Basílio Teles, *Estudos historicos e economicos*,
Porto, Livraria Chardron, 1901.

1

Sendo Basílio Teles (1856-1923) um dos ideólogos republicanos mais citados é talvez um dos menos conhecidos. No horizonte do ideário que deu origem a 5 de Outubro, o seu pensamento político, económico e filosófico e os seus densos ensaios históricos merecem um estudo monográfico de fundo, que possibilite uma compreensão global da sua obra. Várias razões podemos apontar que justificam o interesse dessa investigação para a história das ideias em Portugal na viragem do século, e obviamente para o estudo do próprio republicanismo português: o carácter atípico e heterodoxo do seu ignoto pensamento político¹, a lucidez de um olhar crítico, porque sociologicamente avisado – e para muitos, com laivos proféticos – que lançou sobre Portugal, nas vésperas da implantação da I.^a República e sobre as condições de possibilidade de aí implantar um regime democrático; as pistas que um estudo sistemático do seu multimodo pensamento de polígrafo pode fornecer no respeitante a questões candentes da história pátria num âmbito contemporâneo, por exemplo, aferir as razões intelectuais e sociológicas de uma metamorfose da republica demo-liberal numa republica corporativa e autoritária, como foi o Estado Novo. E não só...

2

Como forma de homenagear o historiador Vítor de Sá, pretendemos neste estudo lançar luz sobre alguns aspectos do ensaísmo histórico de Basílio Teles, um dos vectores mais importantes do seu pensamento. Focaremos, mais precisamente, a sua perspectiva sobre um tema que muito interessou a historiografia portuguesa contemporânea, tanto nas suas vertentes científicas como nas suas vertentes mais ensaísticas: a Revolução de 1383-85. Trata-se efectivamente de um tema mobilizador em virtude das suas decisivas repercussões políticas, sociais e económicas. Não é espantoso, por isso, que tenha feito correr tanta tinta, motivando leituras ideológicas contraditórias. Com efeito, é correcto afirmar, que em termos das interpretações históricas mais importantes, desde finais do século XIX, há um 1383 republicano, coerente

com um messianismo demo-nacionalista, de tonalidades emancipatórias; há um 1383 marxista, coerente com o materialismo histórico, com a luta de classes e com o predomínio de uma burguesia mercantil na dinâmica histórica², ou por outras palavras, o movimento é perspectivado essencialmente como uma revolução social burguesa; há um 1383 sergiano, que também pôs a tónica na questão social, mas diferentemente³, porque marcado por um “idealismo crítico e racionalista”, de matriz neo-kantiana, já para não falar de muitas outras aportações, que não nos cabe aqui analisar de forma exaustiva⁴. Acima de tudo, jogou-se neste acontecimento capital a passagem de um Portugal mediévio para um Portugal moderno, sobretudo em termos sociais (ascenso de uma burguesia mercantil), políticos (fortalecimento do poder real e centralização do estado), económicos (desenvolvimento de um regime económico “mercantilista”, “absorvente”, baseado nas actividades comerciais e de entreposto) e até culturais, como o nosso ensaísta e outros autores posteriormente dão conta⁵.

No quadro deste já longo debate, podemos, muito justamente, considerar Basílio Teles como um autor sobremaneira influente, mesmo que muitas vezes isso não seja assumido⁶, e até como um autor que inicia, ou prenuncia, uma determinada forma de abordagem do acontecimento, independentemente da filiação ideológica e da matriz epistemológica de interpretação, que fez futuro na renovada, plural e militante historiografia portuguesa contemporânea.

Talvez seja importante esclarecer desde já, estar fora dos nossos propósitos elucidar a questão do ponto de vista histórico, ou trazer algum contributo novo (documental, ou outro) para o esclarecimento de um tema que pensamos estar já suficientemente explorado pelos historiadores. Interessa-nos mais destacar as suas implicações ideológicas, filosóficas e culturais. Dessa forma, pretendemos apenas contribuir para o estudo do pensamento histórico de um importante ideólogo republicano, sendo possível colher nesse domínio inúmeras pistas para uma caracterização mais geral da sua mundividência e do seu ideário político, enfim do seu contributo original para o republicanismo português e eventualmente para a historiografia contemporânea. Para já, alinhamos aqui algumas breves notas de leitura sobre um dos seus mais interessantes ensaios de temática histórica, intitulado significativamente *1383-1580-1640*, incluído no livro *Estudos históricos e economicos*, saído em

1901⁷. Complementamos o nosso estudo com referências indispensáveis a outros textos, sobretudo o livro de ensaios anterior, *O Problema Agrícola*, publicado em 1899⁸.

Os textos em questão permitem aferir os aspectos nucleares da matriz interpretativa da história, de retinta filiação positivista – ainda que com laivos críticos e desdogmatizantes⁹ – adoptada por Basílio Teles. Mas permitem também avaliar outros aspectos igualmente importantes do seu pensamento, como iremos ver.

3

Como dá então conta Basílio Teles desta passagem, ou melhor, desta ruptura assinalada por 1383, como a interpreta, em que se baseia? E quais os seus corolários, para a história, e, sobretudo para a política?

Para começar, podemos afirmar que para Basílio Teles a expansão marítima e a dominação filipina (1580-1640) surgem, desde logo, como consequências óbvias de todo um intrincado processo, social e económico, que levaria o Mestre de Aviz a subir ao trono português¹⁰, duma forma inaudita e significativa em muitos aspectos (político, jurídico, social, etc), o que apaixonou deveras a historiografia oitocentista e novecentista:

“O que há commum entre a crise intensamente economica do fim do seculo XIV e a crise intensamente moral do fim do seculo XVI? Há isto: que um mesmo e identico espirito – o espírito de cosmopolitismo aventureiro – anima este periodo de dous seculos da historia patria; que um mercantilismo precoce, anti-natural e funesto, enchendo-se de vigor e de esperança com a lucta pela independência, joga em 1383 com uma corôa, e que o mesmo mercantilismo, mas desesperado e fallido, negocia em 1580 com uma patria, ou antes com a sombra, o phantasma d'ella”¹¹.

Cumprе também referir a este propósito a decorrente tematização da decadência nacional. Trata-se de uma temática que pelas suas ressonâncias

múltiplas, justificaria um estudo autónomo, tendo constituído significativamente uma quase obsessão para intelectuais¹² como Herculano, Antero e Oliveira Martins, cujos contributos históricos são estudados e criticados por Basílio Teles¹³, e mais recentemente para António Sérgio. Um dos aspectos relevantes dos ensaios referidos de Basílio Teles, que prioritariamente procuram interpretar as razões e as implicações de 1383-85, é o facto de essa inquirição remeter de forma directa e indirecta para esta obsidante temática. Comparemos a sua interpretação com a influente interpretação anterior:

“O costume é bradar-se contra a Inquisição e o Jesuíta. Sem duvida, são também coveiros da pátria; mas são coveiros subalternos. Verdadeiramente, são um *symptoma*, uma complicação a mais no irreparável esphacelo da sociedade portugueza, que outros agentes e outras causas vinham de ha muito carcomindo e devastando”¹⁴.

A sua resposta, se por um lado apresenta uma inegável originalidade, como veremos, por outro afigura-se convergente em relação ao contributo dos autores referidos, pelo menos no tocante a alguns aspectos genéricos, facto comprovativo de uma certa influência no pensamento historiográfico do nosso autor¹⁵. Ficará, por isso, esclarecida ao longo desta exposição: a bem dizer, as razões de fundo da revolução de 1383 são, afinal de contas, as mesmas razões que conduzem a nação à decadência, descrita de forma impressiva e acutilante em algumas das obras de Basílio Teles, merecendo especial destaque as aqui tratadas.

Por outro lado, o que traduz a inegável modernidade da sua aportação, do ponto de vista historiográfico, apesar de Basílio Teles não se assumir propriamente como historiador, é o facto de os acontecimentos políticos (a crise dinástica, a mudança de dinastia, a reconquista da independência e todos os acontecimentos que se foram sucedendo depois, hoje em dia já suficientemente repisados) serem vistos por ele apenas como a consequência, ou a expressão epifenoménica e superficial de aspectos mais profundos e estruturais da tessitura histórica, nomeadamente, os sociológicos¹⁶, os económicos, os demográficos, os étnicos, os geográficos... Acima de tudo, pensamos que a *forma* como o infatigável ensaísta de Matosinhos colocou a questão, independentemente dos pressupostos em jogo – ideológicos, epistemológicos, filosó-

ficos –, tornou-se paradigmática no discurso histórico contemporâneo. 1383 foi, segundo as suas palavras proverbiais,

“uma revolução da burguezia, uma revolução, não só política como se pensa geralmente, mas sobretudo social – eis o que a notavel lei de protecção á marinha e ao commercio ajudou poderosamente a promover”¹⁷.

“É, pois, não apenas uma crise dynastica e de independência, mas uma crise de classes, uma revolução ou remodelação estructural na intimidade do Portugal da Idade-media, – o movimento iniciado por Lisboa em 1383”¹⁸.

Alguma da historiografia mais interessante do século XX adoptou genericamente esta formulação em relação ao mesmo objecto de estudo. Porém, o facto de se ter partido de matrizes epistemológicas distintas, acabou por conduzir a resultados e a conclusões também díspares¹⁹. O cunho interpretativo eminentemente socioeconómico que Basílio Teles imprime aos seus escritos históricos, sob um certo ponto de vista, aproxima-o da historiografia marxista, de que Vítor de Sá, assim como Augusto da Costa Dias, entre outros, foram pioneiros, sendo também obrigatório mencionar as tentativas de interpretação histórica esboçadas por António Sérgio nos seus *Ensaio*s. Mas, esta constatação, de per si, e dissociada do quadro geral do pensamento do autor e dos seus pressupostos de base, é insuficiente, podendo revelar-se até equívoca e parcelar no tocante a uma caracterização precisa do seu ponto de vista.

De facto, esta matriz sociológica e económica de interpretação dos factos políticos em sede histórica, é, duma maneira muito singular, coerente com o positivismo crítico e “arejado” de que Teles deu mostras durante toda a sua carreira de ensaísta. À semelhança de muitos intelectuais republicanos do seu tempo, recusa avaliações aprioristas, metafísicas e “idealistas” dos problemas, quer estes se situem no campo da economia²⁰, da sociologia, da política, e da própria história, onde são, por excelência, dimensionados de forma interligada. O cientismo, o naturalismo e até o materialismo de feição evolucionista, patentes em muitos autores contemporâneos que militaram nas fileiras republicanas, constituem também a nota dominante da sua mundividência e do seu quadro epistemológico e filosófico de referência, se bem que com algumas particularidades divergentes. Não é por acaso que a

propaganda política e muito do discurso teórico (que era também propaganda) republicanos são dominados por uma referência ao organicismo sociológico, aos condicionalismos mesológicos e aos importantíssimos factores etnológicos, enquanto bases de fundamentação de propostas políticas de teor democrático. Este não é obviamente o lugar para dilucidar esta questão, em todos os aspectos nela envolvidos, posto que isso daria pano para mangas. Fiquemo-nos por uma nota sumária e genérica, indispensável para a contextualização intelectual do ensaísmo deste incompreendido tradutor do *Livro de Job*. Aliás, já se mostrou suficientemente até que ponto esta matriz de inteligibilidade foi problematicamente decisiva, em conjugação sincrética com outras fontes doutrinárias, sobretudo a partir de 1870, para a génese do ideário republicano²¹.

Teófilo Braga, um ideólogo representativo desta orientação matricial, apresenta de resto algumas similitudes de perspectivação em relação ao seu correligionário do Porto, nomeadamente em questões de epistemologia da história. Tanto um como outro denotam uma marca inconfundível em termos de grelhas de interpretação aplicadas a uma pluralidade de fenómenos, os quais obviamente se manifestam de forma integrada e orgânica no âmbito da diacronia, do devir (daí o lugar importante ocupado pela história no quadro do republicanismo). Estamo-nos a referir à importância decisiva adquirida pelos factores etnológicos e ráticos²², ao lado dos factores sociológicos e mesológicos, no âmbito de um enquadramento epistémico com pretensa legitimidade científica, que foi acima de tudo uma arma ideológica e social, uma verdadeira marca dos tempos em que o republicanismo combateu um regime, a monarquia constitucional, conotado com uma mundividência ultrapassada e retrógrada, mas procurou também demarcar-se do voluntarismo revolucionário, de feição socialista e anarquista. Como escreveu Alves da Veiga, já num contexto posterior (1911), mas rigorosamente sintonizado com o paradigma cientista, de filiação positivista e evolucionista:

“Abandonados os processos de propaganda tumultuaria e violenta, e as fórmulas abstractas do methaphisismo philosophico, que se gastou em discussões estéreis sobre as causas primarias do universo e sobre a origem e destino do homem, o espirito encontrou uma disciplina severa e fecunda, na biologia e na sociologia, consideradas como tratado geral dos phenomenos dos seres vivos e das leis fundamentaes da existencia, equilibrio e transformação dos organismos politicos”²³.

Refira-se um exemplo típico desta orientação, que desencadeia, no entanto conclusões opostas relativamente à história de Portugal: o influxo do moçarabismo (e, dum modo geral, de factores etnológicos) perpassa o pensamento dos dois autores (B. Teles e T. Braga) e funciona como chave interpretativa de muitas questões: de política, de economia, de história literária, etc. Aliás, essa era uma tendência comum a muitos pensadores da época, republicanos ou não republicanos ²⁴.

Porém, o que singulariza a perspectiva do nosso ensaísta e o seu contributo intelectual, particularmente no tópico em apreço, não é tanto a questão do paradigma epistemológico de base adoptado e assumido (em sintonia estratégica com muito do republicanismo do seu tempo), mas sim a forma invulgarmente interrogante e reflexiva como tal é feito, mas sim as conclusões desconcertantes (à luz do núcleo ideológico do ideário republicano coevo) que, com base nele, acabam por ser extraídas. Eis dois exemplos emblemáticos: primeiro, a superioridade e a genuinidade rácica do norte em relação ao sul do país; segundo, a necessidade imperiosa de uma ditadura férrea para consolidar definitivamente a república ²⁵ (o que, de certa forma, acabou por acontecer, mas de uma forma inaceitável para Basílio Teles).

Acrescente-se a este aspecto, o especial desenvolvimento e ênfase que Teles dá às questões económicas e financeiras, acompanhando-as muitas vezes de um lúcido enquadramento histórico. Podemos considerá-lo, com inteira justiça, o grande precursor de uma autêntica história económico-social, apesar das muitas limitações imputáveis aos seus trabalhos ²⁶. Essa dimensão económica da história não estará presente, de forma significativa, nos grandes vultos do ensaísmo histórico do seu tempo, e da própria história, num sentido mais científico: não a encontramos em Oliveira Martins, não a encontramos em Alexandre Herculano, nem tão pouco em Antero. Daí o interesse heurístico e histórico, entenda-se, que há em ligá-lo à historiografia marxista ²⁷. Por contraste, já foi referido diversas vezes em trabalhos recentes e decisivos que o republicanismo pecou por um excessivo e estéril "politismo" (Vasco Pulido Valente), tanto na teoria como na *praxis*, não obstante o seu organicismo sociológico matricial, o que, em parte, se terá cifrado numa desastrosa política económico-financeira, juízo que não poderemos considerar inteiramente justo. Mas mesmo neste último aspecto, que lhe conferiu entre os pares (e inclusivamente entre adversários e críticos da I.^a República como Carlos Malheiro

Dias e Luís de Magalhães) uma aura de justificado prestígio, o seu pensamento enferma de alguma fragilidade e ambiguidade. A interpretação de 1383 é particularmente eloquente do que afirmamos.

O “elemento natural-social”²⁸, de acordo com uma expressão de síntese, cara ao nosso autor e capital para compreender a especificidade do seu ponto de vista, surge assim, afinal de contas, como a verdadeira pedra de toque interpretativa do único acontecimento histórico que teria merecido o nome de revolução²⁹. Quer-se referir com esta fórmula à conjugação orgânica de factores naturais (rácicos e mesológicos – clima e geografia), e sociológicos (ascenso de uma certa burguesia mercantil, proveniente do sul do país, de extracção étnica moçarabe). Assim sendo, os “factores impessoais” são, verdadeiramente, os factores decisivos e importantes para uma compreensão global da história pátria. Este equacionamento anti-voluntarista da questão, bem como as críticas que Teles dirige às historiografias de Oliveira Martins – apesar de este ter também recorrido à noção de raça³⁰ – e de Herculano, não são de todo surpreendentes. Estão em sintonia com a epistemologia e a antropologia em voga nos círculos positivistas e cientistas, em que a compreensão dos indivíduos é indissociável dos condicionalismos sobredeterminantes e inconscientes da *raça*, do *meio* e da hereditariedade. Encontramos aqui simultaneamente uma “filosofia da história” (sobretudo no sentido de epistemologia da história) e uma tese histórica³¹.

Como escreveu Fernando Catroga, “percebe-se porque é que as explicações históricas passaram a ser indissociáveis do equacionamento das relações diacrónicas entre as sociedades, o meio (território) e as raças, e compreendem-se melhor as críticas que, escudadas em argumentos antropológicos, etnológicos, linguísticos ou geográficos (ramos do saber que, entretanto, tinham sofrido um grande impulso entre nós), foram lançadas à concepção herculaniana sobre as causas da independência de Portugal. O positivismo e o cientismo eram pouco compatíveis com interpretações que, em última análise, remetiam para causas de teor voluntarista, contrapondo-lhes uma concepção determinista acerca da origem da nacionalidade: Portugal tinha garantido a sua autonomia pela força da sua raça, confirmada pela história”³².

No entanto, e este é um ponto problemático, os elementos sociológicos e económicos, mau grado o enfoque privilegiado e aprofundado que recebem,

não têm autonomia em relação à verdadeira explicação de fundo, deste como de outros casos históricos: A expansão marítima, 1580, 1640, enfim, a lenta e inexorável decadência de uma nação, inclusivamente até ao início do século XX. De acordo com Basílio Teles existe um nexo profundo entre todos esses acontecimentos históricos. Eis uma das consequências interessantes, e eventualmente original desta interpretação global da história pátria, mas em virtude disso mesmo, discutível e parcelar. O que está em sintonia com a boa tradição do ensaísmo histórico.

Dito de outra forma, a conjugação orgânica de factores sociológicos, etnológicos e mesológicos, é crucial e sobredetermina as meras mudanças políticas (isto é, as questões dinásticas e psico-políticas, que muitos historiadores sobrevalorizaram) e até mesmo a evolução dos regimes económicos, se bem que este último aspecto, dentro de um escalonamento possível dos factores influentes no processo histórico, tem primazia em relação aos aspectos políticos. Para facilitar a compreensão desta questão, poderíamos utilizar uma analogia geológica: Dentro de uma estratificação escalonada dos factores actuantes no devir histórico, que pensamos estar implícita no ensaísmo de Basílio Teles, os factores ráticos e etnológicos, em conjugação com os diversos factores mesológicos (ou seja, o elemento “natural” da formulação histórica acima descrita), como era aliás frequente nesse tempo sustentar pelos ideólogos republicanos de formação positivista, têm uma influência mais profunda e duradoura; seguem-se os factores sociológicos e económicos, intimamente relacionados: o predomínio de um determinado regime económico, como o “mercantilismo” comercialista, é a consequência directa da ascensão da classe mais interessada no seu desenvolvimento, uma determinada facção da burguesia, que é impressivamente caracterizada por Teles; finalmente, a um nível mais superficial desta “estratificação” histórica, chamemos-lhe assim, surgem os aspectos políticos propriamente ditos, a espuma da história...

1383, segundo o autor dos *Estudos económicos e históricos*, mostraria de forma particularmente pertinente a validade desta tese de fundo em relação à História de Portugal e à historiografia, de acordo com a problemática fundamentação epistemológica que procurámos discernir, de filiação positivista:

“Ora, quem conhece o modo por que o Portucale primitivo nasceu, se firmou e expandiu; quem reflecte, um instante que seja, na sua população

rural e aristocrática, romanizada mas radicalmente peninsular, indemne de qualquer infiltração estrangeira de importância, e a compara com a região além-Mondego, ou pelo menos de além-Tejo, inquinada de sangue semita, falando árabe e adoptando os costumes e a cultura árabes, desde o próprio instante da invasão (711, era de C.), excepcionalmente favorecida, e suggestionada, pelo amplo e magnífico porto de Lisboa, – não hesita em vêr em 1383 o advento d'uma burguezia, essencialmente cosmopolita e mercantil. E se perscruta o sentido verdadeiro d'este grande facto histórico, concluirá que se resolve na primeira e violenta reacção do espirito semitizado do Sul – mosarabico, se é preferível a expressão – mais culto, vivaz e imaginativo, mais flexível e político, e, por isso, aparentemente mais progressivo e mais largo, contra a alma das populações arianas do Norte, menos culta, imaginosa e versátil, e portanto, á primeira vista, estreita e lenta, mas em compensação, ingenua, poetica e reflexiva, impregnada de amor á Natureza e ao solo, erroneamente interpretado como egoismo regionalista, provinciano e utilitario”³³.

A respeito disto, somos tentados a fazer uma comparação, talvez mais impressiva do que rigorosa, mas que pode contribuir para elucidar o ponto de vista de Basílio Teles acerca da história (pátria):

Em lugar da luta de classes como força motriz da história, tal como tinham sustentado Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*, encontramos em Basílio Teles esse dinamismo transposto para uma quimérica luta entre elementos raciais e sociais do Norte e do Sul do país! Se a comparação colhesse, quase poderíamos dizer que a dinâmica da história pátria, para o mal e para o bem, não se encontra senão numa prolongada e multissecular luta entre Norte e Sul... As causas históricas da decadência nacional derivam essencialmente da preeminência, no âmbito das lutas sociais, de um grupo étnico-social estranho à identidade originária da nação. Os dois elementos “antagónicos” do Norte e do Sul, inseridos na sua especificidade mesológica, pressupunham ou implicavam regimes económicos de produção correlativos (agrarismo vs mercantilismo) com formas políticas (absolutismo vs municipalismo descentralizador), jurídicas (recuperação do Direito Romano e subalternação do tradicional Direito Senhorial) e administrativas associadas (centra-

lismo vs municipalismo); assim como costumes e moralidade coerentes, e histórica e culturalmente expressivos. No entanto, tudo isto é essencializado e idealizado por Basílio Teles. Eis outro dos pontos frágeis da sua perspectiva. Tal como aconteceu paradoxalmente no movimento republicano do seu tempo (Teófilo Braga é uma exemplo típico), o historicismo positivista de desenvolvimento etnológico-social, acaba por desembocar numa essencialização nacionalista, que em Teles adquire um conteúdo idiossincraticamente “nortista”, se assim nos podemos exprimir:

“Com o exterminio do Regente é que póde dizer-se ultimada a revolução joannina; e que o Portugal do Sul, mosarabe, burguez, mercantil, cosmopolita e allucinado, reduz á subalternidade – para seculos! – O Portugal do Norte, aryano, guerreiro, agricultor, nacionalista, ponderado e de tradições solidarias. Irrompe ainda, sob o jugo do autocrata mercador, um ou outro protesto; balbuciam-se ainda, alguns queixumes isolados e frouxos: tudo em vão! O rei é o pai e o tyranno; elle distribue o castigo e dá o pão, tendo ao alcance do braço, no desempenho d’este seu duplo dever, o codigo de Justiniano, repleto de formulas, e as caravellas da Guiné, a abarrotar de riquezas. Silencio, portanto! – e o Portugal da Idade media regressa, cabisbaixo, aos seus valles e collinas, e curva-se sobre o seu campo e o seu arado, seduzido e comprimido pelo esplendor e a força do temivel podestá de Lisboa”³⁴.

Neste contexto, a burguesia Lisboeta adquire um papel exemplar de protagonismo na revolução, dada a sua ascendência e dadas as condições (geográficas, populacionais e económicas) privilegiadas da cidade, encarnando precisamente os valores e a *forma mentis* que irão progressivamente dessorar a nação, sobretudo através da aventura ultramarina:

“[...] Na proscrição formal do antigo Direito publico; no repudio do Portugal medievico, agricultor e legalista, e no esboço correlativo d’uma oligarchia mercantil e absorvente; na revolta declarada contra uma nobreza militar, provinciana e rude, que lhe offendia a cultura e a subalternisava no Estado; na reacção contra um municipalismo por igual rude e provinciano, mas forte, que lhe tolhia os movimentos e demasiado lhe recordava a grosseria e a audacia dos velhos con-

quistadores portugalenses; – é n'isto que nos parece estar o sentido profundo, a originalidade relativa e o alcance exacto da revolução, em 1383, da burguezia de Lisboa”³⁵.

Sintomaticamente, todo este desenvolvimento argumentativo, fora do quadro epistémico do positivismo ou nele inserido, com a república ou contra a república, teve futuro após 5 de Outubro. Os nacionalismos muito diversificados de Teixeira de Pascoaes, dos Integralistas, de Salazar, e de outros movimentos ou sensibilidades, tiveram também um denominador comum: a articulação entre uma componente rácica/étnica e o nacionalismo/patriotismo.

Do ponto de vista estritamente epistemológico, esta questão abria caminho a extensas considerações sobre o(s) modo(s) de fazer história, que marcaram, com outra sofisticação teórica, todo o século XX. De resto, o debate teórico entre as virtualidades e a sustentação epistemológica de uma história mais impessoal/estrutural face a uma outra mais biográfica/narrativa/política felizmente ainda não terminou³⁶. A opção por uma história “impessoal” e pretensamente objectiva que se cifrou no séc XX com a deriva quantitativista dos *Annales*, a qual acabaria por se revelar infecunda e até fatal para a especificidade disciplinar da história em relação às outras ciências sociais, teria sido já, de uma forma muito mais atenuada e matizada, e num contexto diferenciado, uma opção de alguns historiadores de filiação positivista, como Basílio Teles.

Este é inequívoco no concernente ao primado dos “factores impessoais” sobre os factores individuais e em relação à natureza dos primeiros. Todavia, ao contrário do que viria a suceder no séc. XX com algumas correntes historiográficas supostamente de vanguarda, a matriz historiográfica do nosso autor não é ainda, (nem poderia ser decerto!), de forma alguma, *desnarrativizada*. Apenas a narrativa dos factos políticos, ainda presente, é filtrada por um crivo analítico bastante mais fino do que era uso no seu tempo. Talvez seja este, afinal de contas, o aspecto mais valioso e interessante do seu contributo.

Desta forma, a relativização do papel dos grandes homens na história³⁷, comum em certas interpretações do historicismo positivista, era uma consequência lógica de uma historiografia apostada, por diversas razões, em aferir as grandes “energias anónimas” em jogo na evolução das sociedades humanas:

“A faculdade de visionar phases e individualidades historicas crêmos que a possuia originariamente O. Martins, mas inutilisada e deturpada em larga escala [...] por um saber incompletissimo e pela monomania de polygrapho. Sem provavelmente pensar n’isso, em logar de Historia faz-nos frequentemente Novella; absorvido pelo traço pittoresco ou dramatico da scena ou do personagem, esquece a urdidura real dos successos, o sentido verdadeiro das grandes energias sociaes em movimento.

Ora, em Historia são estas energias que importam. As individualidades, por maiores que sejam, têm sobre ellas influencia limitadissima; de maneira que para o verdadeiro historiador não passam de symbolos commodos para se tornar entendido do grande publico, geralmente pouco culto e destituído de capacidade abstractiva. Não queremos com isto dizer que não haja na Historia grandes homens; mas só que são, ou poderão ser, grandes na medida em que possam incarnar em si aquellas grandes energias anonymas. Onde ellas faltam, não existe sombra sequer de grandes homens. E se as houver, não é de certo á vida publica que os devemos ir então procurar; mas devemos procura-los na Arte, na Litteratura ou na Sciencia.

É, pois, só encarando os grandes factores impessoaes dos acontecimentos que se poderá assentar um dia, entre nós, a philosophia da nossa historia. O ligeiro estudo impresso no principio d’este pequeno volume representa um incompleto e indeciso tentamen n’essa direcção, tão necessaria para systematisar um acervo de factos, complicados, heterogeneos ás vezes, e quasi sempre de significação obscura”³⁸.

No entanto, pensamos que em muitos aspectos, apesar destas compreensíveis críticas, relacionadas em parte com a matriz epistémica de base, Basílio Teles estará mais próximo de Oliveira Martins do que eventualmente afirma³⁹. Nomeadamente, no enquadramento do decisivo papel dos factores sociológicos na narrativa histórica é de sublinhar a dimensão psicologista essencializante, de grande relevo, manifestada na caracterização da burguesia, mas também da nobreza que se lhe opõe, no plano das lutas sociais. Mesmo que em última análise ela se pretenda reportar ao cientismo, ao organicismo sociológico, e aos contributos da psicologia colectiva, traduz inevitavelmente um aspecto problemático, mas característico da aportação de Teles:

"Da burguezia devemos dizer o mesmo. Desde o primeiro instante em que audazmente se insurge contra a omnipotencia d'um valido e as pretenções d'um rei estrangeiro até á sua abdicação cobarde nas garras fortes e astutas da coruja do Escurial, conserva inalterados, como classe, os seus traços especiaes de character. Individualista e laboriosa, hade antepôr a tudo a liberdade do seu negocio, a segurança da sua pessoa e o interesse da sua caixa; calculadora e desadorando a violencia, só fomentará tumultos e fará a guerra, emquanto disponha d'uns restos da antiga aristocracia militar e d'um povo entusiasta e docil, que sacrifique por si nos momentos graves de crise; alitterada, sêcca, egoista e vaidosa, terá em desdem a agricultura e os officios manuaes, olhará o Estado apenas como instrumento das suas necessidades e cubiças, imitará as modas e as ideias extranhas, e cobrir-se-há de titulos e lantejoulas. Nunca sentirá envergadura para hostilizar abertamente o seu paiz; mas deixalo-há resvalar para a dissolução e a morte, sem que a alma lhe vibre ao mais leve sôpro d'um cuidado ou d'um remorso.

São, ás vezes, aptidões espontaneas, e em regra, condições permanentes de apparição e perduração no systema funccional d'uma sociedade determinada, que nos permitem comprehender esta fixidez de typo social.

Até na degradação, um nobre de raça hade sempre mostrar que o é. Degenera, mas organicamente: o seu cynismo tranquillo será a contra-face do orgulho; a ociosidade parasitaria o echo da sua opulencia gratuita; a amabilidade cortezã o rebento do velho instincto hierarchico; o gôsto pela posse da terra a repercussão do genio territorial e conquistador.

Um burguez, ainda no ápice das honras e da cultura, ficará irremediavelmente burguez: no fundo, sempre o antigo homem de negocios, pacifico, habil, prudente, sem verdadeira distincção, nem verdadeira grandeza. Mais facil será encontrar um filho do povo anonymo com as qualidades innatas d'um nobre do que vêr um descendente de burguezes adquiri-las artificialmente, quaesquer que sejam os vernizes e os esforços"⁴⁰.

Neste particular, independentemente das críticas assumidas, estará muito mais próximo da historiografia psicologista e essencialista em que Oliveira Martins foi mestre, do que da leitura marxista da história, onde obviamente não cabe este conceito abstracto e rígido, de classe social e de burguesia.

4

Finalmente, a nossa tentativa de caracterização do ensaísmo histórico de Basílio Teles ficaria incompleta ou distorcida, se não mencionássemos um aspecto não menos importante da sua perspectiva, mas talvez mais difuso e mais discutível do ponto de vista hermenêutico. Trata-se do verdadeiro *pathos* pessimista que perpassa os seus textos, contaminando paradoxalmente o teor naturalista da argumentação⁴¹. Em termos hermenêuticos não é de desprezar a tonalidade sombria, desencantada e até decadentista da sua prosa. Forma e conteúdo estão aqui em pleno acordo. Esta adequação afigura-se-nos tão significativa, como os aspectos epistémicos e contextuais já enunciados, os quais nos permitem compreender apenas parcialmente o problema.

Como interpretar este último aspecto? Sustentar que o estilo é o homem, serve pelo menos para compreender uma parte da questão, mas em termos de história das ideias é insuficiente. No entanto, deve-se tomar em consideração. As escassas notas biográficas disponíveis sobre Basílio Teles referem a sua personalidade ensimesmada, traço que se agravou ao longo da vida, talvez em virtude das decepções que a mediocridade de um país lhe vibrou. Até que ponto o seu pensamento, inviesado⁴² em relação à lógica e até às estratégias do demo-liberalismo dos seus congéneres, é em grande medida o reflexo de uma personalidade atormentada, depressiva?

Numa outra óptica de avaliação personalista, talvez mais subtil, será legítimo considerar o pessimismo com tonalidades decadentistas, bem como outros aspectos de relevo do seu pensamento (o teor já aludido da sua deriva essencialista, nacionalista), – que em certa medida acabam por ser tensionais em relação aos postulados básicos do republicanismo –, apenas como consequências naturais das premissas positivistas⁴³ do seu pensamento? A isto devemos acrescentar a aridez e a dureza das circunstâncias que foi enfrentando ao longo da vida. Neste caso, Basílio Teles, teria tido apenas a lucidez que não teriam tido os seus *compagnons de route* republicanos. Ele sim, teria sido verdadeiramente coerente com as premissas epistémicas positivistas e cientistas, cujo rigoroso desenvolvimento e aplicação ao campo nacional, em termos sociológicos, económicos, e sobretudo históricos e políticos, acabaria

por se revelar adversa ao messianismo progressista, de inspiração iluminista, que caracterizou a luta anti-dinástica e anti-católica, com os resultados que conhecemos⁴⁴. Teria motivado igualmente o seu afastamento voluntário da vida política activa da I.ª República, facto muito referido pelos historiadores. Portanto, todo o pessimismo que atravessa os seus escritos acaba por ser, sobretudo, o corolário previsível de um outro conjunto de traços da sua personalidade, como a lucidez e perseverança analítica⁴⁵, as quais se adequam plenamente a uma convicta adesão ao positivismo. O pessimismo pode ser também uma consequência natural do "realismo" positivista.

Ou, por outro viés, será pertinente dissociar uma leitura pessimista, porque realista, do país, que é feita à luz de um quadro epistémico cientista e positivista, a que podemos acrescentar as incompletas reflexões filosóficas sobre a problemática do mal, de todo um condicionalismo de personalidade? Em resumo, o realismo positivista coerentemente aplicado, para além das circunstâncias, é que o conduz progressivamente ao pessimismo, ou é o pessimismo congénito, pela via paradigmática referida, de resto muito adequada a isso, que o conduz a uma leitura pessimista, do país, da história e do próprio homem, o que acaba, em última análise, por desembocar numa ideologia política autoritária? A leitura mais razoável da questão, quanto a nós, consiste em tomar obrigatoriamente em consideração os dois aspectos. Ambos têm o seu peso numa compreensão mais ampla do ensaísmo histórico de Basílio Teles. Do ponto de vista hermenêutico, não será assim fecundo transformar esta questão numa aporia.

Todavia, uma coisa consideramos indiscutível: todos os elementos de compreensão, quer os pessoais, quer os contextuais, devem ser tidos em conta para uma devida avaliação do pensamento de Basílio Teles, com uma ressalva apenas: não desaguar numa grelha interpretativa redutoramente psicologista ou biografista, nem tão pouco reduzir o pensamento do ideólogo republicano a um mero produto do contexto social e mental⁴⁶ do seu tempo, o que decerto também foi. Se, à luz da interpretação "canónica" do marxismo, explicar o seu pensamento como a expressão ou a consequência de um posicionamento social pequeno-burguês⁴⁷, poderá servir para compreender alguns dos traços recorrentes já aludidos, não será decerto suficiente ou fecundo para uma compreensão mais ampla e funda.

Esta contaminação do pensamento pela personalidade e pela temporalidade aplica-se, certamente, a todos os domínios da cultura, com maior ou menor clareza. Mas adquire especial significado e incidência no contexto do ensaísmo histórico, que, para além dos aspectos já referidos, é simultaneamente uma “autognose” e uma introspecção, onde, por isso, se torna por vezes difícil distinguir o sujeito colectivo do sujeito pessoal. Neste sentido, pode ser hermeneuticamente profícuo fazer uma certa demarcação, com algumas reservas é certo – dadas as incidências mútuas, entre o ensaísmo histórico e a história-ciência.

O que escreveu Eduardo Lourenço a propósito do contributo historiográfico de Oliveira Martins pode aplicar-se, com algumas ressalvas, ao ensaísmo histórico de Basílio Teles: “Tematizá-lo-emos apenas como *historiador* e sobretudo *mitólogo*, responsável pela invenção e instauração da *primeira imagem orgânica* e sintética da realidade histórica portuguesa. Com mais precisão ainda: como autor de uma *história* cujo sujeito é *Portugal como história* e não apenas uma sociedade particular compreensível e explicável segundo leis universais, como era ainda o caso de Alexandre Herculano. O Portugal de Herculano conserva ainda aquela autonomia ideal de um objecto da natureza, embora específico, herdado da historiografia do século XVIII. O Portugal de Oliveira Martins é uma *autognose*, o seu discurso é inseparável de quem o escreve, retrato e retratado implicam-se e implicam-nos nele como discurso imaginariamente adequado à realidade que nele fala e é, para Oliveira Martins, o *próprio Portugal*”⁴⁸.

Sem dúvida, os interessantes escritos que Teles publicou sobre temáticas históricas, inserem-no na linha de um vigoroso ensaísmo histórico, com raízes e brilhantes cultores na cultura portuguesa, mais do que propriamente numa historiografia científica e solidamente documentada. O próprio autor o admite⁴⁹. Oliveira Martins, Antero de Quental, Sampaio Bruno, Silva Cordeiro, António Sérgio, e até Eduardo Lourenço, nos tempos mais recentes, constituem bons exemplos de um ensaísmo histórico de grande alcance polémico e especulativo, apresentando perspectivas muitas diversas das de Basílio Teles, já que se basearam em pressupostos mentais e ideológicos distintos, não se devendo também esquecer os condicionalismos temporais que marcaram a sua produção ensaística. No entanto, é imperioso destacar o significado dos paralelismos de

perspectiva existentes, os quais traduzirão talvez, entre outros aspectos, a relativa especificidade de um género historiográfico, por vezes muito mal visto pelos historiadores profissionais, mas de grande fecundidade enquanto fonte de primeira ordem para a história intelectual e política. É através deste peculiar “olhar” historiográfico que se pode colher, de forma privilegiada, um ponto de vista global, sintético, interrogante sobre o passado e sobre o essencializante ser “nacional” – António José Saraiva fala em “introspecção de um país” –, mas também por causa disso, muito discutível, porque marcado de forma aguda pela idiosincrasia interpretativa e pelo compromisso ideológico de quem o produziu... Mas, num grau muito diverso, e com outro alcance, a própria historiografia dita científica também não se ressentirá sempre disso, com a agravante de que por vezes não o assume? Em todo o caso, valerá sempre para a história como instância produtora de hipóteses. O ensaísmo histórico de Teles, tal como o ensaísmo histórico em geral, marcado amiúde pelo intuicionismo, pela especulação, e, por vezes, pela força do estilo, não deixa de ser menos fecundo e interessante por estas limitações inerentes. Muito pelo contrário.

Mas, se ao historiador pode servir como repositório de hipóteses a testar posteriormente com critérios mais exigentes, pode também muitas vezes, sobretudo pela sua ofuscação retórica e ideológica, ter um efeito adverso no tocante à pesquisa de uma verdade histórica possível. É suficiente pensar no exemplo de António Sérgio, que umas vezes é idolatrado, outras odiado, consoante a filiação ideológica do leitor. Para Eduardo Lourenço, tratou-se sobretudo de um “mito cultural”, avaliação que talvez seja excessiva e até injusta. Contudo, o seu poderosíssimo influxo historiográfico, por vezes não assumido, é um facto indesmentível. As “mitologias culturais de teor iluminista” (Lourenço), fecundamente ou não, mais ou menos inspiradas pelo seu magistério neo-iluminista e progressista, de base idealista, marcaram um século de historiografia nacional.

No entanto, não terá cabimento avaliar aqui o rigor histórico das teses de Basílio Teles nem denunciar a pobreza das suas fontes, como já se fez, e de forma muito pertinente, em relação às tentativas de interpretação histórica de António Sérgio⁵⁰, mas seria interessante fazer um estudo comparativo sobre as suas intuições históricas e hipóteses interpretativas relativamente a questões capitais da história portuguesa, como a que nos ocupa presentemente, e as conclusões a que a moderna historiografia tem chegado. Num sentido

genérico, a historiografia contemporânea deu uma certa razão a Basílio Teles, apesar do evidente simplismo da sua tese rúcica, já que caucionou as interpretações sociológicas e estruturais de diversos factos da história pátria, a começar por 1383. Evidentemente que todas as gerações de historiografia de inspiração marxista, ou decorrentes de uma "sensibilidade" afim (*Annales*), iniciadas e desenvolvidas em Portugal no século passado, têm especial relevo no trilhar deste caminho.

Já no âmbito da retórica historicista do movimento republicano português, marcada emblematicamente por um messianismo democrático e nacionalista – o que não deixa de ser senão previsível e coerente com as suas premissas ideológicas e epistémicas, e com o seu contexto histórico de surgimento⁵¹ – o desencantado e sóbrio ensaísmo do nosso autor adquire foros de autêntica dissonância, mau grado algumas características de fundamentação comuns aos seus correligionários, já assinaladas. Dir-se-ia que estamos perante a Cassandra do republicanismo.

Não teria contudo ficado imune a mitologias e hipostasiações nacionalistas, semelhantes às que sepultaram a I.^a República. Estas, conforme já frisámos, iam no sentido de um outro tipo de essencialismo patriótico. Os ensaios considerados mais directamente neste estudo reflectem, para além dos aspectos já aludidos, uma espécie de arqueologia da nação portuguesa e da sua vocação económico-política multissecular, aquilo que seria para o autor o "Portugal autêntico", o "Portugal verdadeiro" (estas são expressões suas), com raízes étnicas arianas, originárias do Norte do País.

Os aparentemente sólidos argumentos aduzidos da factualidade histórica, na boa lógica positivista e cientista, não impedem Basílio Teles de incorrer no vício de idealização projectiva do passado que ele próprio denuncia com tanto denodo. É caso para interrogar se estaremos perante o mesmo processo idealizante, de analogia psicanalítica, retratado soberbamente por Eduardo Lourenço no seu célebre *Labirinto da Saudade*.

Mas a esse essencialismo nacionalista nenhum dos ensaístas referidos se furtou, mesmo aquele que aparentemente mais o combateu: Sérgio. Eis um bom argumento a favor da relativa especificidade do ensaísmo histórico.

5

Para concluir, resta-nos articular alguns dos tópicos contemplados com a dimensão política do pensamento de Basílio Teles. Quanto mais não seja para ilustrar um dos motivos inspiradores desta homenagem: a interligação permanente entre a cidadania e a história. Impossível e absurdo seria dissociar os pontos de vista de Basílio Teles sobre a história pátria e, aquilo que, de uma forma muito lata, poderíamos designar como a sua filosofia política/projecto político, de cunho vincadamente autoritário. Na verdade, não poderia senão existir uma profunda interpenetração entre os dois aspectos. Também não podemos esquecer a contaminação ideológica prévia, subjacente a qualquer *praxis* histórica, tal como não ignorámos a dimensão mais subjectiva de uma adesão paradigmática. Reservaremos para outros trabalhos a exploração dos corolários político-ideológicos propriamente ditos do historicismo de Teles, uma vez que isso transcende o escopo deste artigo. Mas desde já poderemos enunciar algumas notas de leitura, a aprofundar posteriormente, de forma a compreender a dissonância ideológica de Teles em relação ao demo-liberalismo (com tonalidades mais ou menos socializantes) dominante no republicanismo português (se exceptuarmos obviamente as derivas ditatorias de Sidónio e outros, que não consideramos representativas da ideologia republicana).

Em primeiro lugar, o pessimismo histórico e um certo decadentismo manifestados em vários passos da sua obra ensaística, articulam-se mal com o progressismo messiânico e emancipador consubstanciados nas leituras republicanas e liberais da história pátria. Em particular, a visão manifestamente negativa e pessimista, que Teles denota, em relação a todo o processo histórico conducente a 1383, está também em desacordo com a valoração francamente positiva, ainda que por razões epistemológicas e ideológicas muito distintas, que a historiografia progressista tem desenvolvido, relativamente ao mesmo tema, desde meados do século XIX (republicanismo), até meados do século XX, (marxismo)⁵², e tem, pensamos nós, um significado ideológico-político importante.

Para contrariar os arreigados vícios nacionais, mostrados e explicados nos seus ensaios históricos, cuja génese remonta precisamente ao século XIV – 1383 é um *sintoma* importante de todo um processo de degenerescência que a partir daí não mais cessará –, seria necessário usar de uma mão de ferro.

Assim, só de uma forma autoritária seria possível implementar a República, ainda que isso implicasse o sacrifício da liberdade e da democracia.

Em segundo lugar, é de sublinhar o cunho próprio do essencialismo nacionalista consubstanciado nos ensaios históricos referidos, aquilo que Manuel Villaverde Cabral designa por “nacionalismo ulcerado”⁵³. O republicanismo autoritário e ditatorial defendido por Basílio Teles, como a história tem mostrado, é de certa forma o corolário previsível de um nacionalismo, que pelas suas características intrínsecas, não cabe nos padrões do humanitarismo demo-liberal que tipificou o ideário republicano coevo: quer porque, como já ficou patente na interpretação histórica de 1383, sobrevaloriza os aspectos ráticos e particularizantes (não admira que Sérgio tenha repudiado o seu contributo), tocando as raízes da xenofobia, quer porque subordina os direitos individuais aos interesses superiores da nação. Numa palavra, estamos perante um nacionalismo que é diferente, em natureza e grau, do nacionalismo republicano dominante (não consensual) na época de Teles, tendencialmente ecuménico e federalista, mau grado a adopção de uma matriz de fundamentação comum (cientismo positivista). Esta diferença explica-se em parte porque o nacionalismo republicano possuía genuínas raízes iluministas que, em última análise remetiam sempre para um horizonte cosmopolita e universalista, apenas corrigido dos seus excessos setecentistas (Fernando Catroga), nunca tendo alienado, por outro lado, a sua herança doutrinal jurracionalista e demo-liberal, do ponto de vista da teoria política.

No entanto, com Basílio Teles, estamos também perante um nacionalismo que, de certa forma, é mais coerente com os seus pressupostos de fundamentação, positivistas, cientistas e materialistas, neste como em outros aspectos⁵⁴, não incorrendo nas contradições teóricas em que o republicanismo evolucionista incorreu⁵⁵. O que do ponto de vista da génese dos nacionalismos autoritários (Integralismo Lusitano, salazarismo, etc) surgidos após 5 de Outubro, é decerto relevante⁵⁶.

Em terceiro lugar, não podemos desligar de tudo isto o problema económico, outro dos decisivos substratos do nacionalismo de Basílio Teles, e não apenas porque lhe tenha concedido uma atenção considerável, diferentemente da generalidade dos ideólogos republicanos. O seu ponto de vista é “tradicionalista” em termos económicos e as suas influências teóricas são facilmente

assinaláveis⁵⁷, não se adequando ao liberalismo, mais ou menos socializante, dos seus correligionários republicanos. Como tem sido já referido em estudos dispersos, os ensaios sobre 1383 e os textos mais especificamente económicos – não estudados aqui directamente – patenteiam um pensamento económico de pendor *agrarianista* (neo-fisiocrata), *proteccionista* e *nacionalista*⁵⁸.

A este respeito, e sem descurar a identidade do pensamento económico-político do tradutor do *Livro de Job*, é pertinente tomar em consideração os liames existentes entre esta orientação económica e as diversas vertentes do nacionalismo político autoritário que vieram minar a I.ª República (Integralismo Lusitano, salazarismo⁵⁹). Existe de facto uma adequação natural entre os dois aspectos, que um estudo mais minucioso do pensamento económico dos autores e movimentos representativos facilmente comprovará.

Por outro lado, as políticas económicas proteccionistas e agrarianistas que Basílio Teles propõe como uma das terapêuticas a privilegiar futuramente por um governo republicano iluminado, para debelar os diversos males do país, têm um fundamento histórico-económico já referido atrás. Como a sua análise da crise de 1383 mostra, tais políticas são coerentes com a vocação originariamente *agrária* e *produtivista* do país, que teria sido adulterada, segundo Teles, pela integração de uma componente social-etnológica estranha à tradição portuguesa. Está a falar da célebre burguesia mercantil e marítima, de extracção moçarabe, geograficamente sediada no Sul, e dinamizadora de um conjunto de políticas, alterações jurídicas, movimentos sociais e mutações no regime económico, no sentido do já aludido “mercantilismo” comercialista, que, tendo em conta o seu desenvolvimento prematuro⁶⁰, se viriam a manifestar fatais para a agricultura, base primacial da riqueza nacional, e em última análise para o *equilíbrio* socioeconómico e político da nação. Aí temos, sinteticamente, as razões da decadência nacional:

[Com 1383]

“Quem vencem, afinal, e triunfam são Alvaro Paes e João das Regras, o burguez e o gran-doctor, o mercantilismo e o centralismo, de mãos dadas, exclusivistas, extenuantes, absorventes. O primeiro susta o desdobramento regular das populações campezinas e o arroteamento progressivo do maninho, ou pelo menos embaraça-os – até hoje! na

metade austral do paiz; o segundo, implantando o novo Direito publico cesarista, impede a ultimação do trabalho organico municipalista, que era o nervo da nação, e acaba por extinguir por completo as preciosas autonomias locais. Um e outro desvirtuam, sem aliás pensarem na obra destruidora que empreendiam, o Portugal authentico, o único Portugal verdadeiro, enfraquecendo a sua individualidade forte, abafando a sua originalidade nativa”⁶¹.

Como é evidente, esta tese enferma de um excessivo simplismo, entre outros óbices assinaláveis.

O contributo decisivo de 1383-85 para a longa decadência económico-política portuguesa tem a ver precisamente com o seu enorme contributo para a implementação dessas mutações, sobretudo a nível político e jurídico (centralismo, absolutismo, novo direito público etc), indo ao encontro dos interesses do grupo social referido o que acabou por comprometer o equilíbrio medieval.

Finalmente, temos que considerar, numa leitura mais minuciosa, e sociológica de toda esta questão, a relativização e a problematização, do papel desempenhado pelas classes “populares”, isto é, o chamado “povo miúdo”, os “ventres ao sol”, (a arraia miúda ou terceiro estado) na revolução. Eis uma leitura, diferente decerto das teses marxistas/marxizantes, que realçaram o papel dos movimentos de massas no sucesso da revolução, no quadro da preponderância da burguesia, mas também dissonante da veiculada pelo messianismo republicano, isto é, a leitura de 1383-85 como uma revolução popular, emancipatória, democrática e nacionalista.

Se bem interpretámos as palavras de Basílio Teles, 1383-85 não se pode considerar propriamente uma revolução democrática e emancipatória, tal como 1640 o não teria sido também, ao contrário do que rezava a retórica historicista do republicanismo, apesar de as altas motivações patrióticas e colectivas não terem estado ausentes. No primeiro caso, o povo (no sentido da arraia-miúda) não foi o verdadeiro protagonista deste movimento, veio a reboque da (já referida) classe burguesia dominante, a mais directamente interessada na revolução, e decerto não apenas por motivos patrióticos. O elevado sentido colectivo e nacionalista da revolução, tão encarecido pelos republicanos como

o seu móbil fundamental, e posteriormente até pelos historiadores marxistas (ainda que de forma diferente), não sendo negado, é relativizado, sendo quase que remetido para o terreno das idealizações historiográficas:

“É certo que o povo – pequenos mestrais e pequenos cultivadores – aparece a desempenhar um papel insubstituível, ajudando a victoria do Mestre; o facto, porém, em nada invalida o caracter fundamentalmente burguez do movimento. É ainda certo que todas as classes e o paiz inteiro se agitam; mas Lisboa e a sua população, densa e constituída, como sempre, por elementos de procedencia variada e exotica, e até certo ponto insulados, a cidade e os habitantes, do resto do paiz e da gente, é que fazem derivar em seu proveito um abalo colectivo, tão desinteressado e sincero como espontaneo e generalizado”⁶².

Notas

¹ João Medina, referindo-se a dois importantes textos políticos de Basílio Teles (*As Ditaduras, O Regime Revolucionário*), afirma que “Esses artigos de 1907 constituem uma reflexão particularmente importante, já que, por um lado, revelam uma curiosa aberração doutrinária no pensamento de Teles em relação àquilo que constitui a essência mesmo do pensamento republicano, sempre neoliberal ou neovintista – mesmo no campo económico, note-se –, e, por outro, porque teorizam, com profética acuidade, acerca do messianismo que os republicanos tinham acicatado nas massas receptivas ao seu apostolado, o que traria depois inconvenientes que, a três anos de distância, o solitário ideólogo tripeiro nitidamente intuía como incontornáveis, fatais para a causa que defendia” (João Medina, “*Oh! a República!... – Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, I.N.I.C., 1990, p. 40 e ss.)

² Veja-se, a respeito desta marcante corrente interpretativa: António Borges Coelho, *A Revolução de 1383 – Tentativa de Caracterização* (1965), Lisboa, Seara Nova, 1977; Álvaro Cunhal, *As Lutas de Classes em Portugal nos Fins da Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, especialmente as pp. 65-88; veja-se também, com algumas divergências interpretativas, Joel Serrão, *O carácter social da Revolução de 1383 (1946)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1976. Dentro de outras linhas historiográficas, e isto sem quaisquer pretensões de exaustividade, são de referir os seguintes trabalhos: Marcello Caetano, *A Crise Nacional de 1383-1385 – subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Verbo, s.d.; Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa, Portugalíia Editora, 1964, pp. 101-158.

³ Veja-se o Tomo VI dos *Ensaio*s (1946), Lisboa, Sá da Costa, 1980 (3.ª Edição), pp. 3-10; pp. 123-160.

⁴ Aquelas que, pelas mais variadas razões, sobrevalorizaram os aspectos *psico-políticos*, ou se quisermos, *voluntaristas*, na leitura do acontecimento. Basílio Teles inicia um conjunto de críticas a este modelo interpretativo, que segundo a sua óptica, e genericamente a de muita historiografia contemporânea, era "epidérmico", superficial, ou quando muito incompleto. Esta a visar, em concreto, a *História de Portugal* de Oliveira Martins, com a sua interpretação eminentemente psico-voluntarista do acontecimento. Também os historiadores marxistas, assim como António Sérgio, desenvolveram este tipo de críticas, destacando o profundo significado socio-económico de 1383.

⁵ A este respeito é de referir o monumental contributo de António José Saraiva e de Óscar Lopes, que traçam um vasto panorama da cultura e da literatura pós 1383.

⁶ Cfr. Vasco Pulido Valente, *António Sérgio de Sousa: Uma Revolução Interior* in *O tempo e o modo*, N.º 69-70, Março/Abril 1969, p. 295-296.

⁷ Basílio Telles, *Estudos históricos e económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1901. Trata-se do segundo volume de uma "Bibliotheca de estudos sociaes contemporaneos".

⁸ Idem, *O Problema Agrícola (crédito e imposto)*, Porto, Livraria Chardron, 1899. Neste volume, que é o primeiro da referida "Bibliotheca", interessam mais directamente para a temática aqui tratada os dois primeiros capítulos (sem título), quer pela sua incidência histórica – apesar de mais subsidiária em relação à questão económico-financeira –, quer pela sua precedência lógica em relação ao estudo em que nos centrámos neste trabalho.

⁹ Cfr. Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* (1905), Lisboa, Portugália Editora, 1968, pp. 32-37.

¹⁰ Cfr. Basílio Teles, *Estudos Históricos e Económicos*, pp. 47-48: "[...] esse temperamento persistiu, e ainda hoje persiste em parte; e que foi elle que, fazendo a primeira irrupção em 1383 contra o temperamento discorde das populações hispano-romanas do Norte, triumphando d'este, no meiado do seculo immediato, com a subversão da politica e da pessoa do Regente D. Pedro, conduz ao imperio de Albuquerque e á intriga de Philippe, ao orgulho da victoria e á ignominia da derrota, ás pareas dos rajahs da India e ás cédulas de Christovão de Moura".

¹¹ Op. Cit. , p. 48.

¹² Porque é que, no contexto referido, este tema teve a importância que teve? Pierre Chaunu em *Histoire et décadence*, Librairie Académique Perrin, 1981, salienta o carácter recente da palavra e da noção (séc. XVIII): "A palavra contemporânea decadência, é inseparável do progresso. Em rigor não há progresso sem risco de decadência" (p.17) Uma das razões óbvias, a que Basílio Teles não escapará, tal como outros ideólogos republicanos (e não só) do seu tempo, é a incorporação de paradigmas biológicos de compreensão, por via do evolucionismo darwiniano e de outras correntes cientistas, no discurso historiográfico (Sobre este assunto, consulte-se o magnífico trabalho de Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal (1865-1914) – Filosofia, História, Engenharia Social*, Coimbra, Almedina, 2001. Daí a importância da noção biológica da degenerescência dos organismos, importada analogicamente para o discurso histórico e sociológico. Mas esta não terá sido a única razão de peso. As razões políticas e ideológicas, presentes não apenas nos republicanos mas também nos conferencistas do Casino, pressupunham, nos primeiros, um horizonte revolucionário que visava, a deslegitimação histórica de instituições tradicionais como a Igreja Católica e a própria Monarquia, responsáveis em larga medida pela decadência do país. O ponto de vista de Basílio Teles, sem desprezar esses factores, é bastante mais complexo, já que dá outra importância às razões etnológicas e socioeconómicas, dimensionadas em profunda interligação. A originalidade do seu contributo reside principalmente no sentido deste inofoque.

¹³ Veja-se, do autor, a interessante nota complementar ao ensaio *1383-1580-1640*, que aparece no final do livro *Estudos históricos e económicos* (pp. 327-348). Nela, para além de outros aspectos interessantes, encontramos uma crítica comparativa, epistemologicamente de grande significado, às historiografias de Herculano e Oliveira Martins. Ao primeiro, faltaria a capacidade de síntese e visão filosófica, ao segundo o rigor de análise histórica.

¹⁴ Op. Cit., p. 54.

¹⁵ Genericamente, queremos referir-nos ao seguinte: valorização da Idade-Média no quadro dos grandes ciclos históricos da pátria (talvez mais sensível em Herculano): merece destaque a reiterada referência à descentralização municipalista e às suas virtualidades liberais e até democráticas; determinação dos gérmens da decadência no período moderno e denúncia dos efeitos nefastos da expansão marítima; valorização, em âmbito histórico, do sector produtivo agrícola; enredamento num discurso histórico decadentista. Vejamos as palavras do autor, numa das suas obras mais importantes: "Um simples lance de olhos, por mais superficial e rápido, sobre o Portugal contemporâneo, sobre o que, nele e a propósito dele, se diz e se faz todos os dias, bastará a deixar edificado qualquer espírito de mediana cultura, e limpo de preconceitos inoportunamente patrióticos.

Assim, pois, à debilidade constitucional do carácter e da inteligência portuguesa se deve atribuir, no pensar de alguns, a crise actual, que não passa, por consequência, de nova exacerbação da crise crónica, que nos vem acompanhando desde o berço, como a sombra segue o corpo. A história pátria não seria outra coisa mais que o desenrolar das manifestações do nosso mal originário, só interrompidas, de onde a onde, por esforços improficuos da vida normal para reconquistar os seus direitos.

A essa causa primitiva, vieram juntar-se, mais tarde, diversas causas secundárias, ligadas a incidentes da nossa existência secular. Entre essas causas, ou fatalidades históricas, conforme é de uso designarem-se, ocupam o primeiro lugar, nos efeitos depressivos, o fanatismo religioso, o despotismo monárquico, e a mania das grandezas, contraída nas conquistas de além-mar. Pela primeira destas fatalidades atrofiou-se a nossa inteligência, já fraca; pela segunda, dissolveu-se o nosso carácter, já frouxo; pela terceira, adquirimos os vícios da imprevidência e da prodigalidade, a que lográmos escapar no decurso da vida, simples e sã, da Idade Média [...]. (Basílio Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro* (1905), Lisboa, Portugalia, 1968, pp. 158-159.

¹⁶ "Porque nos surge uma mutação de figurantes coroados, costuma escrever-se: – "Foi uma crise dynastica"; e acrescentar-se, de ordinario: – "e uma crise de independencia", porque D. Juan I de Castilla invade em pessoa Portugal para sustentar os direitos (?) da mulher. Mas é um erro, ou antes uma vista incompleta dos factos." (Idem, *Estudos históricos e económicos*, p. 17)

¹⁷ Basílio Teles, *O Problema Agrícola*, Porto, Livraria Chardron, 1899, p. 18. Vasco Pulido Valente (Op. cit., p. 295) cita igualmente esta passagem para mostrar que a tese de António Sérgio a respeito de 1383-85, também eminentemente "sociológica", e de resto muito criticada pelos historiadores marxistas, nada traz de novo em relação ao contributo originário de Teles. Confronte-se este ponto de vista com o de Oliveira Marques, exposto num artigo publicado no mesmo número de homenagem a António Sérgio da *Revista O Tempo e o Modo*: "Já a relação entre o movimento de 1383-85 e a burguesia comercial-marítima se apresenta muito mais clara e confirmada pelos textos. Aqui, Sérgio parece ter diagnosticado bem, embora exageradamente, como a exclusiva análise das fontes narrativas deixava a prever. O caso português, uma vez analisados e compreendidos os muitos outros casos estrangeiros de revoluções coetâneas, surge iluminado quase a holofote... o que não exclui as áreas sombrias e até as completamente obscuras. O papel da Peste

Negra, a grande crise que ela acelerou, a luta de classes, o abalo económico, a constatação das alianças e contra-alianças sociais, tudo isso foi magistralmente apontado por António Sérgio, o primeiro (vergonha para os chamados historiadores...) a apresentar um estudo de conjunto sobre a crise económico-social sentida no País no século XIV." (*António Sérgio, Historiador*, p. 306).

¹⁸ Basílio Teles, *Estudos históricos e económicos*, Porto, Livraria Chardron, 1901, p. 19.

¹⁹ Basta tomar em consideração o brando diferendo ocorrido entre a historiografia marxista e o ensaísmo "burguês" e "idealista" desenvolvido por António Sérgio, a propósito dos diferentes significados e implicações da interpretação sociológica desta mesma questão. Um bom exemplo pode ser colhido na obra de Vasco de Magalhães Vilhena, *O Idealismo Crítico e a Crise da Ideologia Burguesa* (Lisboa, Edições Cosmos, 1965).

²⁰ Neste domínio, onde o seu pensamento adquire talvez mais densidade e vigor, foi um severo e ousado crítico de algumas noções basilares da economia política coeva: "todas essas noções confusas, toda essa enfiada de mythos abstractos, de quasi entidades metaphysicas – O Consumidor, a Moeda, o Valor, o Credito – e o cortejo das não menos mythicas e abstractas – Lei da offerta e da procura, Lei de Gresham, Lei da troca, etc." (Op. Cit., pp. 62-63).

²¹ A este respeito vejam-se os estudos indispensáveis de Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910* (1991), Lisboa, Editorial Notícias, 2000, e Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal – o contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989.

²² As críticas que Teófilo faz à *História de Portugal* de Oliveira Martins (e até à de Herculano) são do mesmo teor das que o próprio Basílio faz, inscrevendo-se claramente numa concepção positivista da história. Trata-se para ambos de uma historiografia eminentemente política, voluntarista, e por conseguinte inaceitável à luz dos seus critérios de apreciação. Atente-se nas palavras de Teófilo: "Esta persistência de uma pobre e pequena nacionalidade, que se mantém através de tudo, mau grado a cegueira dos espíritos dirigentes, é o problema principal da nossa historia. O snr. Oliveira Martins, fazendo a historia de Portugal com os processos pittorescos de Michelet, que visivelmente imita, e com a *coudée franche* de Carlyle, que por vezes eguala, põe em um bem claro relevo a incapacidade politica, a boçalidade e ás vezes a perversidade dos que exerceram o poder sobre este povo; é uma parte do problema. A outra parte, porque é que a Nação subsistiu sempre, através de todos esses erros, é ao que não responde, e esse é o nó vital da nossa historia. Também Herculano não explicava, pela sua falta de conhecimentos de ethnologia, a razão da desmembração de Portugal da unidade hispanica; e já Schaeffer considerava esse facto tão importante, praticado sem ruido, e mantido através dos seculos, como mysterioso. Ao historiador compete restabelecer o condicionalismo natural d'este facto, porque na historia como em todos os phenomenos de ordem physica ou moral não existem mysterios." (in *Oliveira Martins e os Críticos da História de Portugal*, Lisboa, Instituto da Biblioteca e do Livro, 1995, p. 47). Eis a crítica que faz Basílio Teles à mesma obra: "O erro, pelo que toca ao grande facto da independência no século XII, proveio de não levar em consideração o factor ethnico, de olhar a situação geographica como elemento negativo, de ter desprezado o estudo da epocha romana e dos tempos chamados proto-historicos, e de não ter ao menos reflectido na significação de certos episodios medievicos, principalmente dos que assignalam a usurpação de Afonso III." (*Estudos históricos e económicos*, p. 328).

²³ Alves da Veiga, *Política Nova – Ideias para a reorganização da nacionalidade portugueza*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1911, pp. 9-10.

²⁴ Como escreveu Fernando Catroga, “para Basílio Teles, o moçarabismo constituía uma proposta válida mas, precisamente, para fundamentar o contrário da visão de Teófilo” (Fernando Catroga, *Positivistas e republicanos in História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p.106). Em termos genéricos, podemos afirmar que a perspectiva de Teófilo Braga é comparativamente muito mais optimista. No âmbito da história pátria, o influxo moçarabe tem consequências positivas a diversos níveis. É de destacar o domínio cultural e literário: a originalidade da literatura portuguesa derivaria, segundo Braga, desse influxo étnico, tese que foi, e muito pertinentemente, discutida por Oliveira Martins e Antero. Já para Basílio Teles, os factores capitais da decadência teriam residido principalmente aí. Isto é altamente significativo, do ponto de vista do nosso infoque, que procura sublinhar as divergências de Basílio Teles em relação ao republicanismo, e de alguma forma, fundamentá-las.

²⁵ Cfr. Basílio Teles, *As Ditaduras/O Regime Revolucionário* (1911), Coimbra, Atlândida, 1975 (com um prefácio de Vital Moreira e um estudo introdutório de Fernando Catroga). Na p. 14 resumem-se os seus argumentos de base em prol da ditadura: “Se as circunstâncias nos franquearem amanhã o acesso ao poder, teremos fatalmente de recorrer à ditadura, se quisermos garantir a estabilidade, e mesmo a simples viabilidade da República. A segunda é que, em qualquer das formas de governo representativo, ainda independentemente de perigos exteriores e graves alterações da ordem interna, a ditadura pode ser o meio único, ou, entretanto, o mais eficaz e rápido de implantar reformas de incontestável alcance colectivo; noutros termos, pode ser o mais expedito e seguro modo de satisfazer, a tempo e com fidelidade, justamente as indicações da opinião. A terceira é que a ditadura pode constituir uma fórmula resolutive não só útil, mas até inevitável, no conflito eventual entre indicações contraditórias, desconexas, deficientes ou vagas, embora legalmente expressas, dessa mesma opinião. A quarta é que uma ditadura pode ser apenas aparente, devendo neste caso interpretar-se como uma delegação irregular de soberania quando, por exemplo, se exerça de maneira a respeitar a expressão libérrima das ideias e sentimentos dos cidadãos na imprensa, nas conferências, nos comícios, e atenda, e até procure o voto antecipado das classes e colectividades directamente interessadas em tal ou tal projecto e resolução governativos”.

²⁶ Nesse sentido, o que afirmou Magalhães-Vilhena em relação ao pioneirismo de Sérgio é infirmado pelo contributo historiográfico de Basílio Teles, esse sim, verdadeiramente pioneiro: [Sérgio teria sido] “o primeiro escritor português não propriamente a reconhecer que poucos países há, como o nosso, em cuja história seja tão visível, de ponta a ponta, o influxo do económico (embora certamente ninguém antes de ele o tenha posto em relevo como o fez Sérgio), mas o primeiro a sublinhar com um tal vigor a importância decisiva, nos momentos decisivos de toda a história portuguesa, dos antagonismos e das lutas de classe, e até das lutas armadas de classe identificadas (como na insurreição burguesa do século XIV) com uma luta nacional pela independência contra um Estado estrangeiro e contra a classe que, no interior do País, era favorável à intervenção da classe estrangeira correspondente.” (Op. Cit., p. 175).

²⁷ De resto, o autor seria um dos poucos leitores portugueses de Marx desse tempo, “mas a sua relação com Marx é unicamente polémica, limitada à questão do valor.” (Cfr. Alfredo Margarido, *A introdução do marxismo em Portugal – 1850-1930*, pp. 75-77). Resta saber até que ponto o pensamento de Marx influi no historicismo de Basílio Teles. Não será também por acaso que muitos marxistas coevos, ainda que em contextos já ultrapassados do século XX, nutrem uma indesmentível simpatia pelo seu pensamento, pela sua obra e até pela sua personalidade. Apesar de muitas vezes passar despercebido aos olhos dos historiadores que quase só reparam no pioneirismo de Sérgio, é talvez o primeiro ensaísta-historiador a mostrar o papel decisivo tomado pela burguesia mercantil nos acontecimentos de 1383-85.

²⁸ “Esse elemento natural-social, – qual seria? Pareceu-nos que era o mosarabe do Sul, profundamente semitizado, tendo por séde principal a grande cidade do Tejo, e por órgão ou interprete fiel a rica burguesia que a habitava.” (Op. Cit., p. 332). Mais adiante afirma: “Ahi temos, pois, Geographia e Ethnologia a conspirarem para imprimir á futura região meridional portugueza, e sobretudo á orla da Extremadura que boja sobre o Atlantico, uma physionomia especial, discorde da que a Historia, a Ethnologia e a Geographia conferiram á Gallecia e ao districto portucalense de D. Thereza e do audaz Affonso Henriques.” (Idem).

²⁹ Op. Cit., p. 22.

³⁰ Como é sabido, e como já referimos, Oliveira Martins, e em menor grau, Antero, (Cfr. António José Saraiva, *A Tertúlia Ocidental – Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1995, pp. 65-70) problematizaram significativamente este influxo da raça na história, tendo inclusivamente discutido as teses de Teófilo Braga. Para uma abordagem mais aprofundada veja-se Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal (1865-1914) – Filosofia, História, Engenharia Social*, Coimbra, Almedina, 2001, pp. 229-274.

³¹ De resto a matriz interpretativa rácica, decorrente em parte deste quadro epistémico positivista/evolucionista, é, duma forma que não deixa margem para dúvidas, recorrente em diversos ensaios históricos de Basílio Teles. Vejam-se os estudos apensos à sua tradução do *Livro de Job* (Porto, Livraria Chardron, 1912, pp. 177-214) e à sua tradução do *Prometeu agrilhado* de Ésquilo (Porto, Livraria Chardron, 1914, pp. 95-132). É de todo o interesse considerar estes textos conjuntamente pois eles complementam-se e reflectem a mesma tese de fundo, aplicada, neste caso, a um âmbito mais amplo: a mentalidade e a cultura europeias. Numa escala mais vasta, estamos perante a mesma estrutura argumentativa baseada num antagonismo de ordem rácica. Assim, em síntese, segundo Basílio Teles, o *Prometeu agrilhado* e o *Livro de Job* são obras que definem o “génio das raças de que são a synthese em relêvo” (*Estudo a propósito da Tragédia*, p. 115). São obras representativas das duas tendências/mundividências mais marcantes – e incomensuráveis – a nível da génese do espírito europeu: o “imanentismo” e o “trascendentalismo”. A primeira, de filiação rácica *ariana* ou *indo-europeia*, surgida na Grécia Antiga, onde germinaram também significativamente os alicerces da ciência moderna, teria sido responsável pelas grandes realizações da cultura europeia (ciência, arte, sociedade, política); A segunda, de filiação rácica *semita*, teria contribuído enormemente para a adulteração e decadência do genuíno espírito europeu: “Assim, pois, Religião e Ciência: eis em que se resumem os génios dos dous grandes grupos étnicos, de que o “*Livro de Job*” e o “*Prometheu*” são as duas criações literárias mais expressivas, fundamentaes, “definidoras.” (Op. Cit. p.128) Eis como ele caracteriza a raça semita:

“Uma raça d’homens, originariamente mal dotada para uma estricta representação intellectual do mundo exterior, mal disposta para as criações juridico-politicas, mal servida pelo seu instrumento glottico para os raciocinios abstractos, na qual o character energico, desde seculos modelado pelo deserto e o nomadismo, desconhece as complicações e as gradações que lhe imprimem as populosas cidades e as paizagens opulentas; um typo humano, enfim, cuja intelligencia rigida e pobre, de cêpa, não foi amassada e enriquecida por uma natureza exuberante, e cuja alma forte e simples, avultando na fraqueza cerebral, no ambiente inanimado, na singeleza e dispersão da vida pastoril, torna preponderante e fixo o facto moral, invade e subordina a esphera do espirito, constituindo, quasi só, a personalidade e a consciencia – eis o segundo elemento explicativo da concepção transcendental.

A sua génese, o seu *processus* de formação é, pois claro: na solidão morta, o typo da vida é fatalmente o sér humano; no regimen nomada, o sér humano pouco mais é do que emoção. [...]” (p.213-214).

³² *Positivistas e republicanos in História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 106. Atente-se também na questionação que Basílio Teles faz da interpretação herculianiana da origem de Portugal na revista *Alma Nacional* (N.º 13, Lisboa, 5 de Maio de 1910).

³³ Op. Cit., pp. 20-21.

³⁴ Op. Cit., pp. 29-30.

³⁵ Op. Cit., pp. 34-35. O modo como Basílio Teles caracteriza sociológica e culturalmente Lisboa, cuja importância estratégica, política, social e política, relativamente ao resto do país, vai ser decisiva para a arrancada da aventura ultramarina – adquire quase a aura de um símbolo, contrastando com os “genuínos burgos portugalenses do Norte” –, também não deixa margem para dúvidas: “[...] dada a sua tradição intimamente semítica, não era em só dous seculos que se volveria em cidade genuinamente portugueza. Como por ex., Guimarães, Braga, ou mesmo Coimbra; – salvo se, pelo qualificativo portugueza se entende designar esse caracter esbatido e dubio, oscillante entre europeu e africano, que, na opinião de varios visitantes estrangeiros e até de observadores nacionaes, é impossivel negar a Lisboa.” (p.37) Acrescenta mais adiante que “se não continuou a ser um centro indiscutivelmente musulmano, permaneceu em todo o caso, sempre uma cidade mosarabe, pouco ou nada parecida com os burgos do Norte, genuinamente portugalenses; quer dizer, uma aglomeração humana, discordante da metade septentrional do paiz, assignalada por uma feição cosmopolita destacando sobre um fundo europeu-africano, mesclado e indefinivel.” (p. 47).

³⁶ Para uma elucidação muito mais exaustiva desta questão, que não cabe no âmbito restrito deste artigo, veja-se M. Fátima Bonifácio, *Apologia da História Política – estudos sobre o século XIX português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 7-129.

³⁷ A obra póstuma de Basílio Teles, *Figuras Portuguesas* (Lisboa, Guimarães Editores, 1961), que também se insere no ensaísmo histórico, reflecte aliás este primado de factores sociais/colectivos em relação a factores individuais, no quadro da narrativa histórica, apesar da sua temática mais biografista. Com efeito, as figuras aí retratadas (Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, Fernão de Magalhães) não obstante a sua maior ou menor excepcionalidade pessoal, não deixam de ser, acima de tudo, um produto de variadas circunstâncias históricas.

³⁸ Op. Cit., p. 330.

³⁹ E não apenas em termos historiográficos. Do ponto de vista político, é de realçar a defesa do cesarismo, enquanto solução morigeradora e política por excelência, independentemente da forma monárquica, ou republicana, como este é defendido por cada um dos autores.

⁴⁰ Op. Cit., pp. 50-51.

⁴¹ Cfr. Amorim Viana, *Deus e o homem na poesia e na filosofia*, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 192.

⁴² Cfr. João Medina, *Salazar, Hitler e Franco – Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 2000, p. 22: “Outra personalidade complexa de doutrinador que merece destaque neste campo das ambiguidades ideológicas e práticas é essa estranha figura, a meio caminho entre a misantropia e o monacato, autêntico jacobino perdido no demoliberalismo português, esperançado no triunfo de uma forma de ditadura republicana à maneira da Convenção francesa ou do *Comité de Salut publique*: Referimo-nos a Basílio Teles”.

⁴³ Mas, por outro lado, será legítimo considerar o positivismo como uma dogmática monolítica? Não recebeu este diversas interpretações, divergentes e ideologicamente contraditórias?

⁴⁴ Tome-se em consideração, à laia de exemplo, o que Teles escreveu a respeito da questão religiosa, em aberta discordância com o jacobinismo feroz que dominou os políticos e a política da I.ª República (Cfr. *A Questão Religiosa*, Porto, Livraria Moreira, 1913). Também é ilustrativo, o que disse a respeito das reais condições sociológicas e morais do país, que ainda não estava maduro para o exercício da democracia. Veja-se sobretudo: *Memórias Políticas* (1895), Lisboa, Alfa, 1990; *I – As dictaduras/ II – O regimen revolucionario*, Famacião, Typographia Minerva, 1911. Esta última obra tem edição mais recente, com prefácio de Vital Moreira e estudo introdutório de Fernando Catroga: Coimbra, Atlântida, 1975. Os estudos contidos nesta edição, tendo em conta o seu contexto de surgimento, relevam uma interpretação de cunho marxista do revolucionarismo político de Basílio Teles.

⁴⁵ Augusto Costa Dias, no prefácio à segunda edição da verdadeira *opus magnum* do ensaísmo histórico de Teles, *Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, refere-se à sua "rígida austeridade", enquanto autor, mas refere também o seguinte: "a sua inteligência caracterizava-se por ser ao mesmo tempo sólida e ágil, paciente na investigação e inquieta no fogo ideativo. Tinha portanto (julgo fácil inferi-lo) duas qualidades raras – raras se as concebermos em conjunto: um espírito analítico cuja impassibilidade, frieza de anatomista, lentidão, geometria, rigor chegavam a parecer exaustivos ou até cansativos; e um poder de síntese que, de todo este beneditino esforço de análise, equacionando soma vastíssima de elementos, abrangendo, assim, num mesmo fluxo de raciocínio, a mais larga teia de relações, definia, em termos enxutos, de concisão lapidar, uma conjuntura, uma situação, uma época, por complexas e contraditórias que fossem." (VII, VIII).

⁴⁶ Como é sabido, o pessimismo decadentista é uma tendência comum de muitos intelectuais e filósofos finisseculares, por diversas razões que não interessa agora trazer à colação. No entanto, já não será tão óbvio no seio do movimento republicano português, que procurou superá-lo, sobretudo por via do cientismo, do positivismo e do progressismo iluminista. Como diz Fernando Catroga, "o intelectual de novo tipo devia negar o paradigma herculiano. E ao criticismo e ao cepticismo, opôr o optimismo; ao isolamento, a solidariedade e o empenhamento social; à vivência dramática e subjectiva da história, a dimensão épica da evolução progressiva da Humanidade." (*Ética e Sociocracia – o exemplo de Herculano na geração de 70 in Estudos Contemporâneos – Aspectos da Cultura Portuguesa Contemporânea*, N.º 4, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, 1982, p. 57) Basílio Teles dá conta desta situação, no contexto da sociedade portuguesa finissecular: "O nosso intento é sòmente referir a esta discriminação dos elementos, primordiais e derivados, da crise em que se debate a sociedade portuguesa, e que representa o resultado da vasta indagação aberta, nos últimos tempos, a um passado nacional mal conhecido, a origem de um sentimento característico, e que tende cada vez mais a prevalecer no coração das mais distintas individualidades do Portugal dos nossos dias.

Esse sentimento consiste em crer que a Nação não tem futuro; que toda a esperança de uma revivescência pátria deve ser abandonada; que, portanto, nada valem esforços, ideias, planos, para salvar o que o destino condenou. No programa da existência dos mais eminentes desses homens vemos, com a mais sincera mágoa, a inspiração de um desespero que chega já a formular-se em sistema filosófico." (*Do Ultimatum ao 31 de Janeiro*, pp. 158-159).

⁴⁷ Veja-se Augusto Costa Dias, Prefácio (1968) a *Memórias Políticas* de Basílio Teles, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 7-58.

⁴⁸ Eduardo Lourenço, *Lembrança de Oliveira Martins – História e Mito* in Oliveira Martins e os Críticos da História de Portugal, Lisboa, Ministério da Cultura/ Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995, p. 14.

⁴⁹ Veja-se a longa nota complementar ao estudo em apreço: "N'um estudo condensado, como o que abre este pequeno volume, era-nos impossível apontar os factos illustrativos, desenhar com exactidão os caracteres dos personagens, e desfazer as dificuldades que parecem contradictar as opiniões expendidas. O leitor comprehendeu de certo que não procuramos historiar; que foi nosso intuito exclusivo accentuar, com a possível concisão, o único ponto de vista que julgamos acceptavel para interpretar a historia patria." (p. 327).

⁵⁰ Cfr. Oliveira Marques, *António Sérgio, Historiador* in *O Tempo e o Modo*, N.º 69-70, Março/Abril 1969, pp. 302-310.

⁵¹ Cfr. Fernando Catroga, Op. cit., p. 124: "Independentemente das objecções de Teófilo a Herculano, é indiscutível que todos os ideólogos do movimento, seguindo o exemplo de Henriques Nogueira, se apropriaram da lição do historiador [...] e projectaram no berço da nacionalidade (nas origens) o gérmen do modelo de sociedade que propugnavam para o presente. Por isso, apesar do seu ordenamento económico-social e do peso da religião, a Idade Média aparecia-lhes como o momento primordial na estigmatização do destino da aventura portuguesa no mundo. E a acentuação da mítica essência democrática desse período, logo recalçada, mas reassumida sempre que a independência esteve em perigo (revolução de 1383, Restauração, invasões estrangeiras), servia para o republicanismo se apresentar como a actualização contemporânea desse destino." Um exemplo paradigmático da leitura emancipatória e democrática de 1383 veiculada pelo republicanismo, encontra-se no célebre *Manifesto dos Emigrados da Revolução Republicana Portuguesa* de 31 de Janeiro de 1891, (Madrid, 1891): "[...] Portugal talvez ignore ainda hoje [...] que no seu transcurso historico, não conta antecedentes, no seu relevo radical, dignos de hombraarem com o movimento de 31 de Janeiro mais do que dois. Um d'elles foi a insurreição da plebe de Lisboa que rasgou o testamento politico de D. Fernando, elevando ao throno o Mestre de Aviz; o outro a revolta do 1.º de Dezembro de 1640, que conferiu a soberania aos traidores e aos incapazes da casa de Bragança. [...] Romper, porém, com a tradição; desprezar os ardis; desembainhar a espada, sem escudo que o corpo proteja; contestar toda a auctoridade constituida; reclamar-se do simples direito natural e da méra soberania da nação, isto foi o que fizeram os de 1385, isto foi o que fizeram os de 1640, isto foi o que fizeram os de 1891. Honra eterna é e será a elles todos." (pp. 14-15) Basílio Teles foi um dos autores deste manifesto, tal como Alves da Veiga e Sampaio Bruno. Mas isso não contradiz necessariamente o nosso ponto de vista.

⁵² Segundo Álvaro Cunhal (Op. Cit., p. 65), "A insurreição burguesa de 1383, acompanhada por amplas e profundas revoltas camponesas e "proletárias" que abalaram de alto a baixo a sociedade portuguesa, não triunfou apenas sobre a nobreza do país. Teve também de vencer a intervenção reaccionária castelhana, preparada e provocada por aquela. A revolução burguesa identificou-se com uma luta nacional pela independência. A vitória da nação portuguesa foi assim uma grande vitória das forças progressivas sobre as forças reaccionárias de Portugal e Espanha".

⁵³ Sobre esta e outras questões relacionadas, veja-se Manuel Villaverde Cabral, *Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo* in *Prelo – Decadência/Pessimismo*, N.º 15, Abril-Junho, 1987, pp. 19-33.

⁵⁴ Num quadro sociopolítico anti-democrático, compare-se a forma como o positivismo Comtiano equacionou a questão da disparidade entre a *massa numérica* e a *massa intelectual* de uma sociedade – argumento "científico" para rejeitar a democracia – e o ponto de vista de Basílio Teles a respeito da inviabilidade imediata da democracia no Portugal do seu tempo, sociologica e intelectualmente inapto para tal. Cfr. Amorim de Carvalho, *Deus e o homem na poesia e na filosofia*, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 171, 182: "A filosofia de

Basílio Teles coroa-se, como a de Comte, por um antropocentrismo gnoseológico, por uma "síntese subjectiva": os factos e o pensamento que os interpreta. Necessariamente, pensamento das élites ou dos intelectuais. Não admira, pois, que a parte maior da sua obra tenha como objecto o homem – na política e na sociologia – na valorização das minorias esclarecidas e valorização do pensamento científico."; "Basílio Teles é um aristocrata intelectual, ou um aristo-democrata, se se prefere; um pensamento helénico numa vontade romana; um homem que entende que as *minorias* (os melhores) devem mandar e organizar e só eles promovem o progresso. A minoria é constituída, para Basílio Teles, pelo conjunto dos homens superiores em cujos cérebros haja "concepções que poderemos denominar nucleares, contendo em si formas essenciais ou úteis de progresso". Um homem autenticamente superior, que não atração a sua condição de escol, está obrigado à sua missão humana, pessoalmente desinteressada e impessoalmente interessada no bem comum, no bem superior das maiorias."

⁵⁵ Cfr. Fernando Catroga, *O republicanismo em Portugal – da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, pp. 134-137.

⁵⁶ Cfr. Ernesto Castro Leal, *Tópicos sobre os nacionalismos críticos do demoliberalismo republicano: moral, religião e política* in *História do Pensamento Filosófico Português*, Vol.V, Tomo 2, Lisboa, Caminho, 2000, pp. 135-161.

⁵⁷ Cfr. Carlos da Fonseca in Prefácio à obra de José Frederico Laranjo, *Economistas Portugueses – Subsídios para a história das doutrinas económicas em Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1976, p. 17. No âmbito de uma classificação das "etapas do pensamento económico" o autor insere o ponto de vista de Basílio Teles na escola do "Nacionalismo" económico, cujos autores mais influentes são F. Litz e Conrad. Em Portugal, sintomaticamente, Basílio Teles ombréia com autores como Anselmo Vieira, José Pequito Rebelo, Anselmo de Andrade, António Lino Neto, Ezequiel de Campos, António de Oliveira Salazar!

⁵⁸ Veja-se a importante nota interpretativa de Villaverde Cabral a respeito de um texto agrarianista de Basílio Teles, extraído do livro *Carestia da Vida nos Campos* (Porto, Livraria Chardron, 1903): "Basílio Teles foi desenvolvendo uma forma sui generis de populismo em que se articulam, com coerência relativa, o fisiocratismo tardio de um apego ao mundo rural em crise, a aspiração autárquica da pequena exploração agrícola pretensamente auto-suficiente, o nacionalismo ulcerado de um patriota que duvida das qualidades "naturais" dos seus conterrâneos, e a posição política violentamente conservadora de um pequeno-burguês que não crê nem por um minuto nas virtudes do parlamentarismo... [...] Encontra-se aqui [...] a base material da complexa estrutura ideológica que B. Teles elaborou e cuja cúpula se encontra na apologia da ditadura como sistema político." (In *Materiais para a História da questão agrária – Séc. XIX e XX*, Porto, Editorial Inova, p. 357.) Veja-se também o resumo do seu pensamento económico no artigo de António Almodôvar in *Dicionário Histórico de Economistas Portugueses* (Coordenação de José Luís Cardoso), Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 328-329.

⁵⁹ Cfr. Fernando Rosas, *O primado do político na história económica do Estado Novo – Salazarismo e fomento económico*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

⁶⁰ Cfr. Basílio Teles, *O Problema Agrícola – Crédito e Imposto*, p. 25: "A burguezia portuguesa, na feição predominante sob a qual ainda hoje se mostra á generalidade dos observadores, isto é, comercial e cosmopolita, foi excessivamente precoce – repetimos; e por isso cêdo, ou dominou, ou imprimiu o seu cunho especial a uma sociedade incompletamente constituída e ainda escassamente povoada".

⁶¹ Op. Cit., p. 21.

⁶² Basílio Teles, Op. Cit., p. 20.